
O interesse público do jornalismo

The public interest of journalism

Paulo Egídio BERNARDI¹
Gabriel Ferreira da SILVA²

RESUMO

A partir da noção do jornalismo como uma atividade profissional, este artigo se propõe a discutir como seu caráter de interesse público tem sido abordado e quais as funções que as “obrigações especiais” (LISBOA, 2012) impostas a ele possuem em uma perspectiva da garantia de acesso à informação e colaboração para a democracia. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa teórica sobre o tema proposto e suas relações com o conceito de credibilidade, fator fundamental para a atuação da imprensa e do profissional jornalista. Seu conteúdo contribui para a discussão sobre a objetividade jornalística e a relevância dos meios de comunicação na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Interesse Público; Credibilidade; Imprensa; Democracia.

ABSTRACT

From the notion of Journalism as a professional activity, this article propose to discuss how it's public interest have being approached and witch function that the "special obligations"(Lisboa, 2012) imposed to it have in a perspective to guarantee access to the information and collaboration to the Democracy. This essay was developed from a theoretical research about the subject and it relation with the credibility concept, fundamental factor to the performance of the media and the journalist. It content contribute to the discussion about journalistic objectivity and the media relevance in the society.

KEYWORDS: Journalism; Public Interest; Credibility; Press; Democracy.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a importância e a necessidade da prática jornalística para o sistema democrático faz com que a academia tenha que prestar contas, permanentemente, sobre as

¹ Estudante do 8º. semestre em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – campus Porto Alegre, e-mail: pauloegidors@gmail.com

² Orientador do Trabalho. Professor de Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e-mail: gferreira@unisinos.br

noções de interesse público que permeiam o jornalismo e a forma como este intervém na sociedade.

Sob esta perspectiva, este artigo se propõe a identificar como os pesquisadores da comunicação relacionam a credibilidade atribuída à prática jornalística à manutenção do status de “representação da realidade” atribuído ao campo. A pretensão do autor é colaborar o entendimento sobre o reconhecimento da prática jornalística por parte da sociedade e aproximar alguns conceitos que são complementares entre si.

Para tanto, optou-se por fazer uma pesquisa teórica entre autores que tratam do interesse público, da ética e dos discursos envolvidos no processo comunicativo e suas relações com a esfera democrática.

De início, busca-se estabelecer um parâmetro para indicar qual a noção de interesse público abarcada no trabalho e suas relações com a comunicação. Em seguida, apresentam-se noções básicas sobre o contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006) e sobre a credibilidade jornalística (BUCCI, 2000). Passa-se então, para uma reflexão que envolve as “obrigações especiais” (LISBOA, 2012) atribuídas ao jornalismo, a observação crítica esperada dos profissionais e a questão da objetividade como meta balizadora das funções do jornalista.

Por fim, há um espaço destinado aos apontamentos finais, em que se coloca em perspectiva a imprensa como um campo mediador (SILVA, 2006) e sua tarefa de atender às expectativas dos consumidores, para que continue fazendo sentido para a sociedade.

2. INTERESSE PÚBLICO

Ao tratar do interesse público relacionado a comunicação, este artigo pressupõe o direito à informação como uma das garantias das sociedades democráticas, ancorado na percepção de Benetti Machado e Moreira (2005, p. 118), que defendem que “a relação entre democracia e jornalismo se estreita quando lembramos que a sociedade democrática é formada por cidadãos, e não súditos, e que o direito à informação é inerente à cidadania”.

A ligação umbilical entre a democracia e o jornalismo também é tratada por Soares (2009), que considera a prática jornalística como um dos instrumentos garantidores das liberdades democráticas, e vice-versa:

Se é verdade que a comunicação é importante para a democracia, em sentido contrário a existência ou não da democracia é uma condicionante decisiva da natureza da comunicação que se pratica. A linha de determinação entre os dois termos tem um vetor mais forte que vai da garantia de condições gerais da convivência democrática (vigência do Estado de Direito, liberdades públicas, garantias individuais, império da lei, etc.) em direção à comunicação (SOARES, 2009, p.124).

Levando em conta que a alçada democrática é a mais adequada para a convivência em sociedade, é cabível determinar, a priori, uma determinação de como o conceito geral de interesse público é acionado pelos jornalistas no exercício profissional, ou o que deve ser considerado no momento de fazer escolhas. Para isso, recorre-se a Borges (1996):

O interesse público, em uma ordem democrática, não se impõe coativamente. Somente prevalece, em relação aos interesses individuais divergentes, com prioridade e predominância, por ser um interesse majoritário. O interesse público e o interesse individual colidente ou não coincidente, são qualitativamente iguais; somente se distinguem quantitativamente, por ser o interesse público nada mais que um interesse individual que coincide com o interesse individual da maioria dos membros da sociedade (BORGES, 1996, p. 114).

Portanto, não há um mérito em si na evocação do interesse público ao privado, mas sim uma opção por, em um aspecto generalista, atender às maiorias em detrimento das minorias, já que, como frisa Borges (1996, p. 116), essa escolha opta por atender “à expressão positiva do bem comum”.

Do ponto de vista jornalístico, a opção pelo interesse público em detrimento do privado pode ser explicada pela inferência feita por Lisboa (2012, p. 89), que considera o interesse público como “uma espécie de justificação para a seleção dos fatos que se tornarão jornalísticos. É porque interessam à maioria que ganharão as páginas dos jornais e não o contrário”.

3. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E A OBJETIVIDADE

De um ponto de vista generalista, é possível identificar dois conceitos amplos sobre o jornalismo – ainda que haja interseccionalidades entre ambos. O primeiro diz respeito ao saber e à pesquisa, em que o jornalismo pode ser identificado como um campo de estudo, ou, de forma mais ampla, como uma área do conhecimento humano.

Na outra perspectiva, que é levada em conta neste trabalho, o jornalismo está mais ligado ao sentido profissional do “fazer jornalístico”, que envolve a rotina da produção e veiculação de materiais pelos veículos de imprensa e pelos meios de comunicação de massa.

Como bem aponta Charaudeau (2006), a relação dos veículos midiáticos com o receptor é estabelecida através de um contrato simbólico, que envolve o uso da linguagem para o estabelecimento da comunicação. Para o pesquisador, “a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 34).

A aceitação desse contrato por parte da sociedade é fundamental para a garantia da credibilidade, valor vital para o fazer jornalístico. Segundo Bucci (2000), a credibilidade é considerada um conceito fundador do jornalismo e o maior patrimônio do profissional jornalista. O pesquisador escreve: “A confiabilidade e a credibilidade advêm da atitude, em relação aos fatos e ao público, daqueles encarregados de relatar os fatos a esse mesmo público” (BUCCI, 2000, p. 52).

Já Lisboa (2012 p. 08) lembra que a credibilidade é o resultado de uma “percepção da qualidade do testemunho”. A autora explica também as particularidades acionadas pelo jornalismo em relação a esse conceito:

Por ter obrigações especiais, o jornalismo oferece garantias para a crença nos seus relatos. Isso porque nenhum indivíduo consegue reunir informação por conta própria para verificar com precisão a autenticidade de um relato. É por este motivo que as garantias oferecidas pela fonte devem suprir parte dessa necessidade de veracidade do público, premissa que integra o contrato de comunicação jornalístico (LISBOA, 2012, p. 29).

As “obrigações especiais” a que se refere o trecho acima encontram eco na afirmação de Soares (2009). O pesquisador lembra que os meios de comunicação ganharam muita

importância durante o século XX e que são responsáveis por disseminar representações da realidade aos consumidores de seu conteúdo. “As sociedades humanas tornaram-se largamente dependentes desses meios para construírem sua imagem do mundo, para se posicionarem perante questões, para se orientarem” (SOARES, 2009, p. 264).

Para além deste ponto de vista, é inevitável considerarmos que o jornalismo contribui tanto para a criação de uma imagética coletiva quanto na formação de pensamento do indivíduo. Por isso, pode ser entendido como uma das atividades humanas que colabora para a criação de simbolismos que dão sentido à existência. Sem eles, explica Cassier (1994, p. 72), “a vida do homem ficaria confinada aos limites de suas necessidades biológicas e seus interesses práticos; não teria acesso ao ‘mundo ideal’ que lhe é aberto em diferentes aspectos pela religião, pela arte, pela filosofia e pela ciência”.

A noção do jornalismo como criador de representações da realidade – ou propriamente um fidedigno reproduzidor das ações humanas – ganhou corpo com o advento da mídia eletrônica. Logo, suscitou na criação de uma das primeiras teorias para o estudo do jornalismo: a Teoria do Espelho, de viés positivista, inspirada nos pensamentos do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857).

Rocha (2007) explica que essa teoria tem a objetividade como procedimento essencial, “sem o qual o jornalismo estaria condenado irremediavelmente à perda da credibilidade”.

Assim, a crença na acessibilidade da verdade absoluta, através do mito da objetividade que seria capaz de captar a informação pura, bem como a presunção de possibilidade da codificação da notícia factual perfeita, conjugaram-se para satisfazer uma expectativa social reificada de consumir os produtos jornalísticos como se fossem a própria realidade e não uma representação simbólica (ROCHA, 2007, p. 172).

Por essa lógica, quando for questionado, de alguma maneira, sobre a verossimilhança do conteúdo produzido, o jornalista tem um argumento-base para defender-se. Como aponta Tuchman (1999, p. 75), quando “atacados devido a uma controversa apresentação dos ‘fatos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Com o avanço dos estudos sobre a comunicação e o surgimento de novas teorias, o conceito idealista de que o jornalista é um reproduzidor fidedigno da verdade começou a ser amplamente questionado. O grande confronto deu-se a partir da década de 1960 do século XX, com o debate promovido pela visão crítica da Escola de Frankfurt³.

Rocha (2007, p. 174) explica que “esta mudança de paradigma científico, conhecida como ‘guinada linguística’, representou a substituição da consciência pela linguagem, como critério de racionalidade por excelência”.

O autor avalia que a linguagem “passou a ser reconhecida como o locus onde a razão se expressa e o que distingue a humanidade da natureza”. “Com isso, passou-se a exigir que o acesso direto aos fenômenos de consciência, às representações, fosse substituído por um exame indireto, através da análise das expressões linguísticas utilizadas para transmitir pensamentos”. (ROCHA, 2007, p. 174).

Barros e Junqueira (2005, p. 33) vão mais longe, ao defenderem que os fatos não existem por si mesmos, e que se realizam a partir da observação. E, segundo os pesquisadores, “toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si” (BARROS; JUNQUEIRA, 2005, p. 33).

Essa observação crítica pode ser adotada também para a análise da práxis jornalística moderna. Sabemos que, apesar de estar ancorado em valores de produção, o jornalismo sobre política não deixa de ter um viés de cobertura, a partir dos próprios valores intrínsecos à atividade jornalística. Cook (2011, p. 209) explica que as rotinas de trabalho dos jornalistas e do jornalismo contêm “vieses implícitos”.

Mesmo assim, não é possível identificar intencionalidades ou mesmo rompimento completo com o ideal de objetividade. Ainda, portanto, que haja algum favorecimento em algum momento, isso não significa, necessariamente, que há preferência direta em se evidenciar uma força ante outra.

³ Caracterizada por Antunes e Ramos (2000) como “uma teoria social (originada de um projeto científico, filosófico e político denominado ‘Filosofia Social’) batizada de ‘Teoria Crítica’ caracterizada: pela tarefa de revitalização do materialismo dialético; pela “missão histórica” de contribuir para a emancipação da humanidade; pelas críticas das ciências e das filosofias e pelo questionamento da dinâmica histórica do século 20 (marcado por grandes mudanças estruturais e políticas); e pelas diversas posições teórico-filosóficas e prático-políticas dos teóricos que a representaram”.

Ao tratar sobre as especificidades do jornalismo político, Cook (2011, p. 207) destaca que “simplesmente mostrar que um ator político recebeu consistentemente cobertura mais favorável que outro não significa que a organização noticiosa é tendenciosa – implícita ou explicitamente – a favor ou contra um ou outro”. Isso porque, durante a rotina de trabalho, “a busca de histórias e eventos dignos de virarem notícias não favorece igualmente todos os atores políticos em todas as questões” (COOK, 2011, p. 209).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta que o fazer jornalístico é tomado por vieses e que as limitações e escolhas linguísticas definem o conteúdo, o que difere a instituição da imprensa de simples propagadores de narrativas ou mesmo de outros grupos de interesse?

Nesse ponto, retomamos a explicação de que o jornalismo tem um certo poder canalizador de organizar e mediar manifestações e de sublinhar temas considerados relevantes. Sob essa perspectiva, Silva (2006, p. 45) descreve a imprensa como um “campo mediador de interações e inflexões entre os mais variados campos e recortes dos espaços que compõem o espaço social”.

Esse entendimento se complementa com a posição de Benetti Machado e Moreira (2005, p. 118), que avaliam que “a relação entre democracia e jornalismo se estreita quando lembramos que a sociedade democrática é formada por cidadãos, e não súditos, e que o direito à informação é inerente à cidadania”.

A partir dessas noções, o profissional jornalista, ainda que submetido a pressões, envolto por diversos interesses e ideologias e mesmo ciente de que não é capaz de “espelhar a realidade”, deve continuar buscando como referência a objetividade. Mesmo que difícil de alcançar, ela é a responsável pela formação do “ethos pré-discursivo” (LISBOA, 2012) do jornalismo, que buscam responder à expectativa dos leitores, de que a representação de conteúdo apresentada chegue o mais próximo possível do acontecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Márcia do Nascimento V.; RAMOS, Luís Marcelo Alves. **Conhecendo os caminhos da teoria crítica**. ETD-Educação Temática Digital, v. 2, n. 1, 2000, p. 200-235.

BARROS, Antônio; JUNQUEIRA, Rogério. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicações**. São Paulo: Atlas, 2005.

BENETTI MACHADO, Marcia; MOREIRA, Fabiane. **Jornalismo e informação de interesse público**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 27, 2005.

BORGES, Alice Gonzales. Interesse público: um conceito a determinar. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 205, p. 109-116, jul. 1996. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46803/46180>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BUCCI, Eugenio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CASSIER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. Lisboa: Guimarães Editores, s/d, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203-247, 2011.

LISBOA, Sílvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54507>>. Acesso: 8 set. 2018.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. **Estudos em Comunicação**, n. 2, p. 171-183, 2007.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Comunicação e Espaço público**. Revista do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Ano IX, nº 1 e 2, 2006.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.